

CLASSES DE PALAVRAS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UM ESTUDO SOBRE SEUS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO NA SALA DE AULA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Paulo Ricardo Dias Fernandes¹

Sinval Martins de Sousa Filho²

RESUMO

Este artigo faz um estudo acerca do ensino de classes de palavras da língua portuguesa durante a segunda fase do Ensino Fundamental e sobre como alunos desse nível escolar conceituam as palavras em suas classes. Busca, também, verificar a presença de multiplicidade e de coerência entre os critérios de classificação de palavras propostos pelo linguista Joaquim Mattoso Câmara Junior para cada uma das dez classes gramaticais, a saber: semântico, morfológico e funcional. A metodologia adotada é o estudo de caso, sendo que se utilizou para geração de dados um questionário aberto aplicado a 50 alunos do 8º. e 9º. anos do Ensino Fundamental de uma escola particular de Anápolis - Goiás. A fundamentação teórica segue os postulados de Câmara Jr. (2008), Antunes (2007), Basílio (2004) e Oliveira (1977). Os resultados demonstram que, tanto na percepção dos alunos quanto nos estudos gramaticais analisados, o critério semântico tem prevalência sobre os demais na classificação das classes de palavras.

Palavras-chave: Gramática. Classes de palavras. Critério semântico, morfológico e funcional. Ensino Fundamental.

ABSTRACT

This article makes a study about the teaching of Portuguese word classes during the second phase of Elementary Education and about how students of this level of school conceptualize words in their classes. It also aims to verify the presence of multiplicity and coherence among the classification criteria of words proposed by the linguist Joaquim Mattoso Câmara Junior for each of the ten grammatical classes, namely: semantic, morphological and functional. The methodology adopted is the case study, and an open questionnaire applied to 50 students from the 8th and 9th grade was used for data generation. The theoretical foundation follows the postulates of Câmara Jr. (2008), Antunes (2007), Basílio (2004) and Oliveira (1977). The results shows that there is in the students' perception as well as in the grammar studies analyzed the semantic criterion has a prevalence over the others in the class classification of words.

Keywords: Grammar. Word classes. Criterion semantic, morphological and functional. Elementary School.

¹ Mestrando em Letras e Linguística no PPGLL-FL/UFG. paulo.ricardo_dias@hotmail.com

² Professor Associado. Faculdade de Letras Graduação e Pós-graduação /UFG. E-mail: sinvalfilho7@gmail.com

INTRODUÇÃO

De acordo com Faraco (2013), há mais de meio século, o estudo das classes de palavras está presente desde as primeiras séries da vida escolar e continua sendo o assunto principal, ou dos mais estudados, nas aulas de Português, tanto no ensino fundamental como no ensino médio. Esse ensino, segundo Faraco (2013), é o que se chama de estudo de gramática ou de língua portuguesa. A partir de consultas a programas escolares e a livros didáticos, nota-se que, muitas vezes, o estudo das classes se restringe a um conhecimento da nomenclatura apenas.

Tendo em vista o que sinaliza Faraco (2013) e outros autores, nosso estudo visa servir como mais uma reflexão sobre o ensino de gramática na educação básica, sobretudo sobre o ensino de classes gramaticais.

De acordo com Bagno (2010), as gramáticas normativas de língua portuguesa trazem uma razoável quantidade de definições para distinguir as classes gramaticais hoje reconhecidas. Acreditamos que poder analisar em quais pressupostos esses autores se fundamentam ao expor sua definição para determinada classe de palavras é demonstrar formação e conhecimento alicerçado em pressupostos linguísticos, e não apenas aceitação de determinados postulados que se tornaram tradicionais e mecanizados. Segundo Brito e Sousa Filho (2015), esse conhecimento linguístico pode auxiliar os professores no fazer didático referente ao ensino de gramática na escola, sobretudo a partir das mudanças que vem ocorrendo nesse ensino a partir da publicação dos PNCs, os quais indicam que o trabalho com gramática deve se dar no eixo didático Análise Linguística.

Quando pensamos em um conjunto de regras que definem o funcionamento de uma língua, afirmamos que gramática é o que abarca todas as regras de uso de uma língua, envolvendo desde os padrões de formação de palavras, e de suas flexões, até aqueles níveis mais complexos de distribuição e arranjo das unidades para a constituição de frases e de períodos com estilo e autoria. De acordo com Bakhtin (2013), tudo que há numa língua não escapa de uma essa gramática, ou seja, a língua funciona a partir da(s) gramática(s), mas a língua é mais do que a(s) gramática(s), ela abarca a(s) gramática(s) e lhe(s) dá vida(s) e contornos.

A proposta para estudo consiste na análise do conhecimento apresentado por alunos da segunda fase do Ensino Fundamental sobre os diferentes conceitos que podem ser identificados em cada classe de palavras reconhecidas pela Tradição gramatical dos estudos em língua portuguesa, representados, por exemplo, pelo estudo de Cunha e Cintra (1985), bem como a multiplicidade de critérios que os levaram à elaboração dessas definições. A referida análise foi feita a partir de questionários aplicados a alunos da segunda fase do Ensino Fundamental.

O linguista Joaquim Mattoso Câmara Junior em sua obra *Estrutura da Língua Portuguesa*, publicada pela primeira vez em 1970, aponta a utilização de três critérios para a elaboração do conceito de uma classe de palavras: semântico, morfológico e funcional, os quais elucidamos no decorrer do trabalho, juntamente com os temas: gramática e classe de palavras.

Seguindo esses critérios, verificamos como os alunos vêem tais classificações de palavras em classes e apontamos escopos de tais critérios e de suas aplicações em sala de aula de um curso de língua portuguesa no ensino fundamental.

1 GRAMÁTICA: UMA TENTATIVA DE DEFINIÇÃO E DELIMITAÇÃO DE CAMPO

Sendo a gramática um conjunto de normas que regulam o uso da norma culta, “*linguagem concretamente empregada pelos cidadãos que pertencem aos segmentos mais favorecidos da nossa população*” (BAGNO, 2003, p. 51), entendemos que, nesse segundo sentido, a gramática é particularizada, ou seja, não abarca toda a realidade da língua, pois contempla apenas aqueles usos considerados aceitáveis na ótica da língua prestigiada socialmente. Enquadra-se, portanto, no domínio do normativo, no qual se define o certo, o como deve ser a língua e, por oposição, aponta o errado, o como não deve ser dito. Antunes (2007) contesta esse tipo de classificação:

Tais definições não são feitas por razões propriamente linguísticas, quer dizer, por razões internas à própria língua. São feitas por razões históricas, por convenções sociais, que determinam o que representa ou não o falar social mais aceito. Daí por que não existem usos linguisticamente melhores ou mais certos que outros; existem usos que ganharam maior aceitação, mais prestígio que outros, por razões puramente sociais, advindas, inclusive, do poder econômico e político da comunidade que adota esses usos. Dessa forma, não é por acaso que a fala errada seja exatamente a fala da classe social que não tem prestígio nem poder política e econômico. (ANTUNES, 2007, p. 30).

A gramática vista em uma perspectiva de estudo dos fatos da linguagem também é usada para designar uma perspectiva científica ou um método de investigação sobre as línguas. Conforme Bagno (2003), ao longo dos estudos sobre linguagem, diferentes perspectivas se sucederam, umas mais centradas na língua como sistema em potencial, como conjunto de signos à disposição dos falantes, outras mais voltadas para os usos reais que interlocutores fazem da língua, na diferentes situações sociais de interação verbal. É por essas perspectivas que se fala, por exemplo, em “gramática estruturalista”, “gramática gerativa”, “gramática funcionalista” etc.

Possivelmente a gramática, como disciplina de estudo, tem, nessa acepção, o maior índice de uso, pelo menos nos meios escolares. Antunes (2007) justifica essa preferência porque é ela que está por trás das famosas aulas de gramática e que constituiu, em geral, a grande dor de cabeça da comunidade escolar, dos professores, e técnicos, da comunidade extraescolar (pais, sobretudo) e, até mesmo, dos próprios alunos mais adiantados, “que aprenderam muito bem as lições de anos anteriores”:

É tal a ênfase nessa disciplina que, de uns anos para cá, até mereceu uma carga horária especial, separada das aulas de redação e de literatura, como se redigir um texto ou ler literatura fosse coisa que se pudesse fazer sem gramática; ou com o se saber gramática tivesse alguma serventia fora das atividades de comunicação. (ANTUNES, 2007, p. 32).

Assim, para Antunes (2007), a gramática, como um compêndio descritivo-normativo sobre a língua: em princípio, a descrição da língua – da fonética à estilística – toma corpo em um livro, em um compêndio que conhecemos como Gramática. Em geral, essa gramática pode adotar uma perspectiva mais descritiva ou mais prescritiva. No primeiro caso, temos uma gramática que focaliza elementos de estrutura da língua, descrevendo-os apenas ou apresentando-os em suas especificidades. No segundo caso, temos uma gramática que focaliza as hipóteses do uso considerado padrão, fixando-se, assim, no conjunto de regras que marcam o que se considera como uso correto da língua.

Todavia, aponta Bagno (2003), um compêndio de gramática também pode focalizar a língua como sistema em potencial, descontextualizado, como pode focalizar a língua nos seus usos reais, testemunhados pelas situações da interação social. Pode ainda ressaltar os aspectos de flexibilidade, de heterogeneidade da língua, como pode

ênfase a rigidez de algumas de suas regras ou formas. Pode concentrar-se no escrito como pode concentrar-se no oral ou em ambas as modalidades. De maneira geral, considera Antunes (2007), no Brasil, as gramáticas do português têm concedido uma ênfase especial à modalidade escrita da língua, sobretudo da escrita literária. Como Bakhtin (2013) assevera também Antunes (2007) afirma que as gramáticas são produtos ideológicos:

De qualquer forma, as gramáticas nunca são neutras, inocentes; nunca são apolíticas, portanto. Optar por uma delas é, sempre, optar por determinada visão de língua. As gramáticas também são produtos intelectuais, são livros escritos por seres humanos, sujeitos, portanto, a falhas, imprecisões, esquecimentos além, é claro, de a crenças e ideologias. Por isso, não faz sentido reverenciar as gramáticas como se nelas estivesse alguma espécie de verdade absoluta sobre a língua. (ANTUNES, 2007, p. 33).

2 CLASSES DE PALAVRAS

A classificação das palavras em categorias distintas envolve um problema que já se estende há séculos, desde as perquirições filosóficas de Platão até os dias atuais, nas mais diversas correntes de investigação linguística. Segundo Pereira (2000, p. 44), “alguns autores chegam mesmo a desesperar da possibilidade de alcançar-se uma classificação satisfatória, admitindo que sempre haverá palavras que se comportam de modo intermediário entre duas classes”.

De fato, segundo Basílio (2004), categorizar não é uma tarefa tão simples quanto pode parecer. Entretanto, todos os campos do conhecimento humano dependem da tarefa de classificar seus elementos e justificar essa classificação. Como já foi aventado, várias tentativas foram feitas com tal objetivo, desde a Grécia Antiga até os nossos dias.

Em todo campo, qualquer conjunto de entidades que tem uma função apresenta-se organizado em classes. Pra Basílio (2004), em primeiro lugar, estabelecer categorias é uma das mais básicas capacidades do ser humano. Não há como achar que algum ser humano não tenha a compreensão racional de que *pedra* e *cachorro* são categorias muito diferentes (por exemplo, o cachorro é ser vivo e a pedra não), de que *árvore* e *cachorro* são categorias ainda muito diferentes, mas menos do que no caso anterior

porque, por outro lado, compartilham uma mesma categoria (por exemplo, o cachorro é animal e a árvore é vegetal, mas ambos são seres vivos), de que *pato* e *cachorro* são categorias não tão diferentes assim, e ao mesmo tempo compartilham uma mesma categoria (por exemplo, o cachorro é mamífero e o pato é ave, mas ambos são seres vivos animais), de que *homem* e *cachorro* são categorias menos diferentes ainda, e ao mesmo tempo também compartilham uma mesma categoria (por exemplo, o homem é racional e o cachorro não, mas ambos são seres vivos animais mamíferos), e assim por diante.

De acordo com Basílio (2004), se o homem fala das coisas e racionalmente percebe (não necessariamente de modo científico) a organização dessas coisas em classes, ele também fala da linguagem – afinal, uma coisa entre as coisas –, ele sente que também as entidades linguísticas são diferentes entre si, mas tal percepção é menos diretamente percebida. Com certeza, falar das coisas, existentes ou fantasiadas, parece ser mais fácil do que falar da linguagem, porque as propriedades que distinguem os elementos da linguagem precisam ser percebidas fora da realidade visível e sensível (existente ou fantasiada) e têm de ser encontradas naquele complexo que é a linguagem. Por isso, considera Basílio (2004), necessariamente há a sensação racional de que as entidades da língua se encontram categorizadas em classes, sim, mas a percepção de como se sustenta essa categorização é menos evidente do que a percepção de como um cachorro e um homem se distribuem em categorias diferentes.

Para Basílio (2004), tradicionalmente, damos o nome de classes de palavras ou partes do discurso a conjuntos abertos de palavras, definidos a partir de propriedades ou funções semânticas e/ ou gramaticais:

As classes de palavras são de importância crucial na descrição de uma língua porque expressam propriedades gerais das palavras. Por exemplo, é impossível descrever os mecanismos gramaticais mais óbvios, como a concordância de gênero e número do artigo com o substantivo, se não determinarmos o que é substantivo e artigo. (BASÍLIO, 2004. p. 21).

Basílio (2004), ainda sobre a classificação de palavras, ressalta que:

As palavras podem ser classificadas de várias maneiras; mesmo na gramática há várias classificações. Por exemplo, classificamos palavras quanto à acentuação em átonas ou tônicas, e as tônicas em oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas. Mas, o que se convencionou chamar de classes de palavras ou categorias lexicais corresponde a uma classificação específica, a partir de critérios semânticos e gramaticais. (BASÍLIO, 2004. p. 21).

De acordo com Basílio (2004), a descrição das chamadas classes de palavras está sempre presente nas gramáticas ocidentais tradicionais, e assim também nas gramáticas de língua portuguesa, em maior ou menor profundidade. Essa descrição normalmente percorre o caminho que vai de uma definição semântica, passa pelas subclassificações (tanto de base semântica como de base morfológica) e, no caso das classes flexionais, chega à descrição da morfologia flexional.

Segundo a NGB - Norma Gramatical Brasileira (Brasil, 1957 e 1959), são dez as classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. O caminho construído até a sua publicação oficial foi bastante conturbado. A preocupação em agrupar as palavras e a ampliação das classes gramaticais se efetuaram à medida que avançavam os estudos linguísticos. As classes de palavras hoje conhecidas são, pois, o resultado de contribuições de vários estudiosos em diferentes épocas. Cada época, embebida das correntes teóricas vigentes, proporcionou uma proposta distinta e foi incorporando às de outrora novos aspectos.

3 O LINGUISTA EM FOCO

Repensar a obra de Joaquim Mattoso Câmara Jr., de acordo com Leite (2004), não é tarefa das mais fáceis, pois significa percorrer os vários caminhos por ele trilhados durante sua intensa vida de professor e pesquisador.

Na esteira do estudo sobre Mattoso, Leite (2004, p. 11 e 12), afirma que

um breve exame de da bibliografia de Mattoso Câmara nos mostra a diversidade de temas e campos por que se interessou em seu afã de não só entender o fenômeno da linguagem humana, em seus lados formais e estéticos, mas também de divulgar as potencialidades da nova disciplina, que ele introduziu no país, e que tanto encantou aos intelectuais brasileiros nas décadas de 50 e 60. Essa diversidade também se espelha em sua vida. Poeta em sua juventude, arquiteto e advogado por formação profissional, tudo abandona formalmente em 1937, para se dedicar integralmente ao magistério de nível secundário. É a eterna procura de um ser inquiridor e inquieto que o levou a cursar duas faculdades e à coragem de abandonar a segurança da profissão de arquiteto e advogado pelas incertezas da carreira de professor. É a mesma procura e a mesma coragem que o fazem nadar contra a correnteza da gramática tradicional

que o levaria a um porto seguro e trilhar os caminhos de uma nova ciência, promissora, mas diáfana, encantadora, mas difícil.

Segundo Leite (2004), a tarefa de Mattoso Câmara é complexa, na medida em que se trata não apenas de direcionar o estudo e ensino da língua para uma abordagem descritiva, em oposição a uma tradição que privilegia o estudo histórico, mas direcioná-lo a uma base oral em oposição a uma tradição de base escrita. Ora, no caso da palavra, como ele salienta logo de início, esta abordagem instaura problemas de definição totalmente estranhos à abordagem anterior. Pois, como ele observa, "a língua escrita não tem em vista o vocábulo fonológico e sim o vocábulo mórfico ou formal." (CÂMARA Jr., 1969. p.36).

Entretanto, Câmara Jr. (1969) considera que o elemento fundamental para a definição do âmbito da morfologia é o vocábulo formal, caracterizado por Bloomfield como uma forma livre mínima, ou a unidade a que se chega, quando não é possível nova divisão em duas ou mais formas livres. Daí a importância do conceito de forma dependente: "Conceitua-se assim uma forma que não é livre, porque não pode funcionar isoladamente como comunicação suficiente; mas também não é presa, porque é suscetível de duas possibilidades para se disjuntir da forma livre a que se acha ligada" (CÂMARA JR., 1969. p. 37). Com isto, o vocábulo se redefine como forma não presa mínima, considerando-se como vocábulos formais tanto formas livres quanto formas dependentes; em consequência, incluem-se como vocábulos formais os artigos, preposições, conjunções e pronomes clíticos, que só ocorrem em função de outras formas, não podendo, portanto, ocorrer isoladamente, mas tendo mobilidade de posição em relação às formas das quais dependem.

Ainda acerca da morfologia vale ressaltar:

O estudo da morfologia é então o estudo da palavra, não das funções que ela pode desempenhar dentro da frase, o que seria objeto da sintaxe, nem de sua composição fônica ou silábica, o que seria tarefa da fonologia, mas de sua composição ou estrutura: se palavra variável ou invariável, isto é, se, em função de sua semântica ou papel na frase, ela pode ser ou não acrescida de unidades constitutivas, em geral significativas, chamadas flexões; se palavra simples ou complexa; quer dizer, se constituída apenas de raiz ou radical ou se de mais morfemas lexicais. A morfologia se ocupa tradicionalmente também com a classificação de palavras, tomando como base diferentes critérios. (SANDMANN, 1997, p.11)

Segundo Câmara Jr. (2008), há três critérios para classificar os vocábulos formais de uma língua:

Um é o de que eles de maneira geral significam do ponto de vista do universo biossocial que se incorpora na língua; é o critério semântico. Outro de natureza formal ou mórfica, se baseia em propriedades de forma gramatical que podem apresentar. Um terceiro critério, que teve muita acolhida na gramática descritiva norte-americana, orientada pela linguística sincrônica de Bloomfield, é o funcional, ou seja, a função ou papel que cabe ao vocábulo na sentença. (MATTOSO JR., 2008. p. 77).

4 REPENSANDO A AULA DE LÍNGUA PORTUGUESA NO QUE SE REFERE AO ENSINO DAS CLASSES DE PALAVRAS

No que diz respeito ao ensino de língua portuguesa nos anos finais do ensino fundamental é notável o destaque em relação ao ensino das classes de palavras. Neves (1990) realizou, através de questionários e entrevistas, uma pesquisa com seis grupos de professores de Língua Portuguesa (total de 170 educadores) da rede oficial de ensino fundamental, os quais ministravam aulas de 5ª a 8ª séries, atualmente 6º ao 9º anos, em quatro cidades de São Paulo, obtendo como resultado uma prioridade excessiva em relação ao ensino de gramática. O quadro 1 (extraído de Neves, 1990, p. 14) mostra a preferência dos professores por certos assuntos tratados nas aulas de língua portuguesa em anos da segunda fase do ensino fundamental. O ensino de classes de palavras já é disposto no topo, seguido pela sintaxe e morfologia.

Quadro 1: Resultado da pesquisa de Neves.

1. classes de palavras
39,71%
2. sintaxe
35,85%
3. morfologia
10,93%
4. Semântica
3,37%
5. acentuação
2,41%

6. silabação	2,25%
7. texto	1,44%
8. redação	1,44%
9. fonética e fonologia	0,96%
10. ortografia	0,80%
11. estilística	0,32%
12. níveis de linguagem	0,32%
13. versificação	0,16%

Fonte: Neves (1990, p.14)

Sendo, então, segundo a pesquisa de Neves (1990), o estudo das classes gramaticais tão privilegiado pelas aulas de língua portuguesa no ensino fundamental, despertou-nos o interesse pela produção deste artigo com o intuito de saber qual definição das classes de palavras os alunos oriundos do ensino fundamental conheciam, também verificar o entendimento e a possibilidade de mais de um tipo de definição para a mesma classe de palavras. Essas definições foram coletadas através de um questionário aplicado no ano de 2016 a cinquenta alunos da segunda fase do ensino fundamental, frequentes em turma de 8º e 9º anos, durante o mês de setembro, matriculados em duas escolas da rede privada, localizadas no município de Anápolis, Goiás. As definições elaboradas seguem dispostas no quadro 2 juntamente com os tipos de critérios de classificação de palavras (propostos por CÂMARA JR. (2008)) que puderam ser observados em cada uma destas definições.

Quadro 2: Definições de classes de palavras apontadas por alunos de ensino fundamental.

Substantivo	É o <u>nome de todos os seres</u> (<i>critério semântico</i>) que existem ou que imaginamos existir.
Adjetivo	É toda e qualquer palavra que, <u>junto de um substantivo</u> , (<i>critério funcional</i>) indica

	<u>uma qualidade, estado, defeito (critério semântico).</u>
Advérbio	<u>É a palavra invariável (critério morfológico) que modifica essencialmente o verbo (critério funcional) exprimindo uma circunstância (tempo, modo, lugar, etc.) (critério semântico).</u>
Verbo	<u>É a palavra que pode sofrer as flexões de tempo, pessoa, número e modo (critério morfológico); É a palavra que pode ser conjugada, indica essencialmente um desenvolvimento, um processo (ação, estado ou fenômeno) (critério semântico).</u>
Artigo	<u>É a palavra que antecede o substantivo (critério funcional) e indica o seu gênero e número (critério morfológico), individualizando-o ou generalizando-o (critério semântico).</u>
Pronome	<u>A palavra que substitui ou acompanha um substantivo (nome) (critério funcional) em relação às pessoas do discurso (critério morfossemântico).</u>
Numeral	<u>É a palavra que dá idéia de número (critério semântico).</u>
Preposição	<u>É a palavra invariável (critério morfológico) que liga duas outras palavras entre si (critério funcional) estabelecendo entre elas certas relações (critério semântico).</u>
Conjunção	<u>É a palavra invariável (critério morfológico) que liga orações, ou, ainda, termos de uma mesma função sintática (critério funcional).</u>
Interjeição	<u>É a palavra invariável (critério morfológico) que exprime emoção ou sentimento repentino (critério semântico)</u>

Grande parte dos alunos de educação básica praticamente e infelizmente desconhece os critérios pelos quais se pode elaborar uma classe de palavras, fato que foi constatado através da análise acerca das definições de palavras coletadas nos questionários aplicados. De acordo com Basílio (2000), uma questão que às vezes se coloca em relação às classes gramaticais é a questão da multiplicidade de critérios de classificação. Vimos, por exemplo, no quadro 2, que há definições que classificam palavras puramente em termos sintáticos, existem propostas de classificação exclusivamente morfológica e o privilégio da noção semântica em quase todas as classificações; De acordo com Basílio (2000), “a gramática tradicional privilegia, embora sem exclusividade, a noção semântica” (BASÍLIO, 2000, p. 54). Isso nos faz pensar que os alunos reproduzem sem muito refletir essas noções semânticas que são disseminadas em sala de aula a partir dos livros didáticos e das mediações dos professores.

Segundo Basílio (2000), as classes de palavras são definidas pelo critério semântico quando são estabelecidos tipos de significado com base para a atribuição de

palavras a classes. Também segundo a autora, a maior parte das definições de substantivos que encontramos nas gramáticas e livros didáticos é de base semântica. Seguindo essa “tendência”, os alunos apresentaram na definição de substantivo, apresentada no quadro 2, apenas critério semântico. O critério morfológico não foi mencionado. Segundo Basílio (2000), o critério morfológico classifica as palavras em diferentes classes, a partir das categorias gramaticais que apresentem, assim como das características de variação de forma que se mostrem em conjunção com tais categorias.

De acordo com o critério morfológico, Basílio (2000) diz que o substantivo é definido como uma palavra que apresenta as categorias de gênero e número, com as flexões correspondentes. Como dissemos, a definição apresentada no quadro 2 não fez referência a esse critério.

Para Basílio (2000), o adjetivo é de definição bem mais difícil, pois segue um critério semântico puro, dada a sua vocação sintática, por assim dizer. De fato, o adjetivo não pode ser definido por si só, sem a pressuposição do substantivo, já que sua razão de ser é a especificação do substantivo. No caso do advérbio, teríamos algo análogo ao caso do adjetivo, já que advérbios permitem especificação da ação, estado ou fenômeno descrito pelo verbo. Vê-se que os alunos entenderam essa multiplicidade de critérios para definir/classificar essas duas classes. Para o adjetivo, eles elencaram critérios funcionais e semânticos, inclusive acrescentando a noção de que adjetivo indica “defeito”. Para o advérbio, usaram os critérios morfológico, funcional e semântico.

Quanto ao verbo que, de acordo com Basílio (2000), geralmente é definido a partir do critério semântico e é concebido como a palavra que exprime ações, estados ou fenômenos e, por isso, tem uma definição pura e simples em termos semânticos. Essa definição, segundo Basílio (2000), não é suficiente, já que ações, estados ou fenômenos da natureza podem ser expressos por substantivos. Assim, há que se acrescentar à definição semântica do verbo ou uma dimensão morfológica, em virtude da gama de variações flexionais que lhe são características, ou uma dimensão discursiva, relacionada à questão do momento do enunciado, por exemplo. Os alunos seguiram também esses critérios e definiram/classificaram verbos a partir de critérios morfológico

e semântico, não considerando critérios funcionais para a definição/classificação da classe dos verbos.

Por fim e resumindo o rol de classificações, Basílio (2000) considera que o critério semântico é fundamental para a definição das classes vocabulares produtivas no léxico e é também o mais popular. Todavia, Basílio (2000) afirma que esse critério não é suficiente, pelo menos nos termos até agora encontrados em definições, já que noções igualmente rotuladas podem ser expressas por mais de uma das classes estabelecidas. Por exemplo, ações podem ser expressas por nomes e verbos, qualidades designadas por substantivos e adjetivos, e assim por diante. Ainda assim, percebe-se que os alunos se baseiam majoritariamente nos critérios semânticos para classificar e para definir classes de palavras e palavras. Inclusive, nas classificações de pronome, numeral, preposição e interjeição, o critério semântico é o mais forte. Para definir/classificar conjunção, o critério destacado pelos alunos é o da distribuição ou função, isto é, o critério sintático.

Quanto ao critério sintático, pouco utilizado nas respostas dos alunos, Câmara Jr. (2008) afirma que atribuímos palavras a classes a partir de propriedades distribucionais (em que posições estruturais as palavras podem ocorrer) e/ou funcionais (que funções podem exercer na estrutura sintática). Por exemplo, afirma-se que o substantivo é a palavra que pode exercer a função de núcleo do sujeito, objeto, agente da passiva, assim como fizeram Celso Cunha e Lindley Cintra (1985). Outra possibilidade de caracterização é a posição de núcleo frente a determinantes, como artigos, demonstrativos, ou modificadores, como adjetivos e sintagmas preposicionados.

Como o presente artigo objetiva destacar a multiplicidade e coerência de critérios no que diz respeito às definições de classes de palavras, vale destacar o quadro, elaborado por Oliveira em seu *Encontro com a linguagem*, publicado em 1977, em que o autor produz definições para as classes de palavras com base nos três critérios.

Quadro 3. Proposta de classificação com base nos três critérios

Classe / Critério	Funcional (função ou papel na oração)	Mórfico (caracterização da	Semântico (modo de significações)
------------------------------	--	---------------------------------------	--

		estrutura da palavra)	
Substantivos	Palavra que funciona como núcleo de uma expressão ou como termos determinados.	Palavra formada por morfema lexical (base de significação) e morfemas gramaticais.	Palavra que designa os seres reais ou imaginários.
Adjetivo	Palavra que funciona como especificador do núcleo de uma expressão (ao qual atribui um estado ou qualidade).	Palavra formada por morfema lexical (base de significação) e morfemas gramaticais.	Palavra que especifica e caracteriza seres animados ou inanimados, reais ou imaginários, atribuindo-lhes estados ou qualidades.
Pronome	Palavra que atribui núcleo ou funciona como termo determinante do núcleo de uma expressão.	Palavra formada unicamente por morfema gramatical.	Palavra que serve para designar as pessoas ou coisas, indicando-as (não nomeia as pessoas ou coisas nem as qualidades, etc.). Pronomes pessoais, possessivos, demonstrativos, indefinidos, interrogativos e relativos.
Artigo	Palavra que funciona como termo determinante do núcleo de uma expressão.	Palavra formada unicamente por morfema gramatical (palavra variável em gênero e número)	Palavra que define ou indefine o substantivo a que se refere (definido, indefinido).
Numeral	Palavra que funciona como especificador do núcleo de uma expressão, ou como substituto desse mesmo núcleo (numeral: substantivo, adjetivo).	Palavra formada unicamente por morfema gramatical.	Palavra que indica a quantidade dos seres, sua ordenação ou proporção (cardinal, ordinal, múltiplo, fracionário e coletivo)
Verbo	Palavra que funciona como núcleo de uma expressão ou como termo determinado.	Palavra formada por morfema lexical (base de significação) e morfemas gramaticais.	Palavra que indica um processo (ações, estados, passagem de um estado a outro). Processo verbal, fenômeno em desenvolvimento, com indicação temporal.
Advérbio	Palavra que funciona	Advérbios formados por	Palavra que especifica a

	basicamente como determinante de um processo verbal.	morfema lexical mais morfema gramatical. Advérbios formados apenas por morfema gramatical.	significação de um processo verbal.
Conectivos (preposição e conjunção)	Palavra gramatical que funciona como elemento de ligação (conexão) entre palavras ou orações. Divisão de conectivos: preposições e conjunções.	Palavra formada apenas por morfema gramatical.	Palavra que relaciona palavras e orações, indica origem, posse, finalidade, meio, causa, etc.

Fonte: Oliveira (1977, p. 123)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demonstramos ao longo do texto como as classificações podem auxiliar ou não as atividades de ensino de gramática. De acordo com Bagno (2010, p. 1):

Toda ciência trabalha com classificações. Afinal, toda ciência trabalha com objetos empíricos ou teóricos e, para tornar o trabalho de investigação mais racional, esses objetos são agrupados em categorias, classes, tipos, gêneros, espécies etc. Para um leigo, uma pedra é apenas uma pedra, mas para um geólogo cada pedra é um desafio científico, é um objeto que exige uma apreensão racional, uma categorização que se fará segundo princípios e critérios estabelecidos pelo acúmulo de conhecimento de sua área de estudo. No entanto, ao contrário do que muita gente (ingenuamente) acredita, as classificações científicas não são definitivas nem incontestáveis. Muito pelo contrário: boa parte da atividade científica consiste precisamente em decidir os critérios de classificação de seus objetos. E as classes, categorias, espécies etc. definidas numa dada época ou por uma dada escola teórica podem muito bem ser contestadas, redefinidas ou mesmo abandonadas em épocas posteriores ou por escolas teóricas diferentes. A história de qualquer ciência é a história dessa criação, demolição e recriação constante de sistemas classificatórios.

O mesmo vale para as categorias gramaticais. É uma ilusão, muito prejudicial à pedagogia de língua, acreditar que as classes de palavras que aparecem nos compêndios normativos correspondem a uma verdade nítida e definitiva sobre o funcionamento da língua. E também é uma ilusão acreditar que verbos, substantivos, preposições, artigos, pronomes etc. “existem” como objetos concretos, como seres do mundo real. Nada disso. Essas classificações representam pontos de vista, hipóteses, tentativas de apreensão do objeto língua. E justamente por isso elas estão sempre sob suspeita, sob a suspeita dos cientistas que, tentando dar conta dos fatos da língua de forma mais racional ou segundo as concepções de sua filiação teórica, contestam as classes tradicionais, propõem revisões sobre elas ou mesmo o abandono puro e simples de antigas categorias em favor de novas.

Mattoso (2008) aponta a necessidade de se utilizar mais de um critério para a classificação, contudo esses devem ser usados com coerência, não indistintamente. Ao serem selecionados um ou mais critérios, que eles sejam aplicados a todas as classes de palavras com uma hierarquia definida, não os alinhando em um quadro único. Uma crítica presente no texto de Mattoso (2008) é, justamente, a heterogeneidade da seleção de critérios sem um princípio coerente e um objetivo pré-estabelecido nas gramáticas tradicionais e nos livros didáticos.

Ainda que com certa dificuldade é possível a elaboração de uma definição para classe de palavras que tenha relação com os três critérios de classificação propostos por Câmara Jr (2008), privilegiar um ou outro critério não é suficiente para estabelecer as oposições entre as classes. Esse prejuízo é facilmente notável na sala de aula de língua portuguesa quando o assunto é o estudo de classe de palavras, pois as definições são apresentadas, geralmente, pelo professor que não se preocupa em discutir ou analisar com seus alunos as razões pelas quais há distinção entre as definições de palavras, ou como os gramáticos conseguiram elaborar tal definição e em que ou quais critérios ele se baseou. A aula, então, torna-se enfadonha, repetitiva e não acrescentará, de maneira efetiva, informações relevantes ao conhecimento linguístico do indivíduo. É realmente necessário o domínio pelo professor dos critérios que podem ser identificados nas classificações de palavras da língua portuguesa a fim de, durante seu exercício profissional, ressaltar com seus alunos as distinções e semelhanças entre as palavras justificando a organização delas em determinada classe.

Vale destacar que é visível nas respostas dos alunos o predomínio da reprodução, da “cola” e da decoreba de conceitos. Com certeza, essas respostas são fruto de propostas metodológicas que privilegiam a mecanização e o “condicionamento” dos elementos da língua e dos próprios sujeitos do processo de ensino-aprendizagem. Não é esse tipo de abordagem que os PCNs (Brasil, 1998) sugerem que seja feita. Como afirmam Brito e Sousa Filho (2015), a partir dos estudos de Bakhtin, Franchi e Geraldi, sabe-se hoje que os exercícios relativos à gramática em sala de aula devem se dar a partir do eixo didático “Análise Linguística”, o qual considera que a engrenagem do sistema linguístico está a serviço da construção da interação entre os interlocutores a partir do discurso. Contudo, esse é um tema para estudos futuros.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática**: por um ensino de línguas sem pedras no caminho. São Paulo: Parábola, 2007.
- BAGNO, Marcos. **A norma oculta**. São Paulo: Parábola, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de estilística no ensino da língua**. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2013.
- BASÍLO, Margarida. **Formação e classes de palavras no português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.
- _____. , Margarida. **Teoria Lexical**. São Paulo: Ática, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (3º e 4º ciclos do ensino fundamental). Brasília: MEC, 1998.
- BRASIL. MEC. **Anteprojeto de simplificação e unificação da nomenclatura gramatical brasileira**. Rio de Janeiro: Cades, 1957.
- BRASIL. MEC. **Nomenclatura Gramatical Brasileira**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.
- BRITO, Jefferson A. G. e SOUSA FILHO, Sinval M. de. O rap em sala de aula: uma proposta pautada em Bakhtin e em análise linguística. In.: SOUSA FILHO, S. M. e ARAÚJO, L. K. (orgs.). **Gêneros discursivos e análise linguística no ensino de línguas**. Campinas: Pontes , 2015. P. 99 – 112.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Problemas de lingüística descritiva**. Petrópolis: Vozes, 1969.
- CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FARACO, Carlos A. Orelha. In: BAKHTIN, Mikhail. **Questões de estilística no ensino da língua**. Trad. Sheila Grillo e Ekaterina V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2013.
- LEITE, Yonne. **Joaquim Mattoso Câmara Jr.:** um inovador. Delta, 20. Espacial, 2004 (9 – 31). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v20nspe/24259.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017.
- OLIVEIRA, Elisabeth B. **Encontro com a linguagem**. São Paulo: Atual, 1977.

PEREIRA, José Reis. **Sintaxe estrutural**. Teresina: Fontes, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática na escola**. São Paulo: Contexto, 1990.

SANDMANN, Antônio. **Morfologia lexical**. São Paulo: Contexto, 1997.